



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS
Coordenadoria de Gestão de Pessoas – CGP
Seção de Estágio – SEST

EDITAL Nº 7/2021, de 24 de junho de 2021.

**2º PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE 2021
FORMAÇÃO DE QUADRO DE RESERVA DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR
DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS**

ÁREA ADMINISTRATIVA

ARQUITETURA

CADERNO DE PROVAS COM AS RESPOSTAS

**A prova foi gerada pelo sistema Moodle com
ordem aleatória de alternativas de respostas
para cada candidato. Segue a íntegra do
caderno de provas com a resposta correta
destacada em azul.**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS
Coordenadoria de Gestão de Pessoas – CGP
Seção de Estágio – SEST

Conhecimentos Específicos

1. A indicação de acessibilidade nas edificações, no mobiliário, nos espaços e nos equipamentos urbanos deve ser feita por meio do símbolo internacional de acesso – SIA. Considere as seguintes afirmativas:

- I. O SIA deve ser utilizado nos seguintes locais, quando acessíveis: entradas, vagas reservadas para veículos que conduzam ou sejam conduzidos por pessoa com deficiência, áreas de embarque e desembarque de passageiros com deficiência, sanitários etc.
- II. O SIA deve indicar a acessibilidade aos serviços e identificar espaços, edificações, mobiliário e equipamentos urbanos, onde existem elementos acessíveis ou utilizáveis por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
- III. O SIA sempre indica que o local é exclusivo para uso de pessoas com deficiência.
- IV. Os acessos que não apresentam condições de acessibilidade devem possuir informação visual, indicando a localização do acesso mais próximo que atenda às condições estabelecidas na NBR 9050:2020.

Segundo o conteúdo da norma técnica ABNT NBR 9050:2020, estão corretas apenas as seguintes afirmativas:

I, II e III

I, II e IV

II, III e IV

I, III e IV

2. De acordo com a NBR 9050:2020: “Junto à bacia sanitária, quando houver parede lateral, devem ser instaladas barras para apoio e transferência. Uma barra reta horizontal com comprimento mínimo de 0,80 m, posicionada horizontalmente, a 0,75 m de altura do piso acabado (medida pelos eixos de fixação), a uma distância de 0,40 m entre o eixo da bacia e a face da barra, deve estar posicionada a uma distância de 0,50 m da borda frontal da bacia.”

Considerando o exposto e o conhecimento sobre o tema abordado, pergunta-se: qual deve ser a distância entre o eixo da bacia e a parede lateral?

48 cm.

40 cm.

Qualquer uma, pois o que importa é a distância entre o eixo da bacia e a face da barra lateral.

44 cm.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS
Coordenadoria de Gestão de Pessoas – CGP
Seção de Estágio – SEST

3. Consta na NBR 9050:2020 que os “sanitários, banheiros e vestiários acessíveis devem obedecer aos parâmetros desta Norma quanto às quantidades mínimas necessárias, localização, dimensões dos boxes, posicionamento e características das peças, acessórios, barras de apoio, comandos e características de pisos e desnível”. Considere as seguintes afirmativas sobre sanitários, banheiros e vestiários acessíveis:

- I. Para bacias sanitárias com caixa acoplada, na parede do fundo, pode ser instalada uma barra reta a uma altura de até 89 cm do piso acabado (medida pelos eixos de fixação).
- II. As bacias e assentos sanitários acessíveis podem ter abertura frontal e devem estar a uma altura entre 43 cm e 45 cm do piso acabado, medida a partir da borda superior sem o assento.
- III. Não é obrigatória a instalação de dispositivo de alarme de emergência próximo ao box do chuveiro para acionamento por uma pessoa sentada ou em caso de queda.
- IV. As dimensões mínimas dos boxes de chuveiros devem ser de 90 cm × 95 cm.
- V. O chuveiro deve ser instalado na mesma parede do banco e este deve estar a uma altura de 46 cm do piso.

Segundo o conteúdo da norma técnica ABNT NBR 9050:2020, são falsas as seguintes afirmativas:

II, III e V

I, II e III

II, III e IV

II, IV e V

4. A NBR 16537:2016 “estabelece critérios e parâmetros técnicos observados para a elaboração do projeto e instalação de sinalização tátil no piso, seja para construção ou adaptação de edificações, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade para a pessoa com deficiência visual ou surdo-cegueira.” Assinale a afirmativa incorreta:

Em geral, deve haver sinalização tátil de alerta em patamares de escadas e rampas, cabendo aos corrimãos contínuos servir de linha-guia para orientar a circulação.

Rampas com inclinação inferior a 5% não precisam ser sinalizadas.

A sinalização tátil de alerta deve ser aplicada em todos os elevadores e plataformas de elevação vertical, na largura do vão da porta do equipamento.

Deve haver sinalização tátil de alerta no entorno da projeção de elementos com altura livre entre 0,60 m e 2,10 m, distando 0,60 m do limite da projeção. A largura da sinalização tátil de alerta deve variar entre 0,25 m e 0,60 m.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS
Coordenadoria de Gestão de Pessoas – CGP
Seção de Estágio – SEST

5. De acordo com o artigo 23 do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, nos “teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares, serão reservados espaços livres para pessoas em cadeira de rodas e assentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, de acordo com a capacidade de lotação da edificação”. Considere as seguintes afirmativas:

- I. No caso de edificações com capacidade de lotação de até mil lugares, devem ser disponibilizados dois por cento dos assentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, com a garantia de, no mínimo, um assento.
- II. Cinquenta por cento dos assentos reservados para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida devem ter características dimensionais e estruturais para o uso por pessoa obesa, conforme norma técnica de acessibilidade da ABNT, com a garantia de, no mínimo, um assento.
- III. Os assentos reservados deverão situar-se em locais que garantam a acomodação de um acompanhante ao lado da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, resguardado o direito de se acomodar proximamente a grupo familiar e comunitário.
- IV. Na hipótese de não haver procura comprovada pelos espaços livres para pessoas em cadeira de rodas e assentos reservados para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, esses podem, excepcionalmente, ser ocupados por pessoas sem deficiência ou que não tenham mobilidade reduzida.

Assinale a alternativa correta:

As afirmativas I e IV são falsas.

Somente a afirmativa IV é falsa.

Todas as afirmativas são falsas.

Todas as afirmativas são verdadeiras.

6. As Nações Unidas e seus parceiros no Brasil estão trabalhando para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. São 17 objetivos ambiciosos e interconectados que abordam os principais desafios de desenvolvimento enfrentados por pessoas no Brasil e no mundo. A meta de número 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) visa “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”. A agenda da sustentabilidade das cidades brasileiras inclui a acessibilidade e a mobilidade das pessoas no espaço urbano. No que se refere à acessibilidade, julgue os itens que se seguem como falsos (F) ou verdadeiros (V):

- I. A largura da calçada pode ser dividida em três faixas de uso: faixa de serviço, faixa livre ou passeio e faixa de acesso.
- II. A faixa livre ou passeio destina-se exclusivamente à circulação de pedestres, deve ser livre de qualquer obstáculo, ter inclinação transversal até 3%, ser contínua entre lotes e ter no mínimo 1,20 m de largura e 2,10 m de altura livre;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS
Coordenadoria de Gestão de Pessoas – CGP
Seção de Estágio – SEST

III. Não pode haver desnível entre o término do rebaixamento da calçada e o leito carroçável. Em vias com inclinação transversal do leito carroçável superior a 5%, deve ser implantada uma faixa de acomodação de 0,45 m a 0,60 m de largura ao longo da aresta de encontro dos dois planos inclinados em toda a largura do rebaixamento.

IV. O acesso de veículos aos lotes e aos seus espaços de circulação e estacionamento deve ser feito de forma a não interferir na faixa livre de circulação de pedestres, sem criar degraus ou desníveis. Nas faixas de serviço e de acesso é permitida a existência de rampas.

Assinale a sequência correta:

V - F - V - F

V - V - F - F

V - V - V - V

F - F - V - V

7. A NBR 9050:2020 apresenta a seguinte definição de rampa: “*inclinação da superfície do piso, longitudinal ao sentido de caminhamento, com declividade igual ou superior a 5%*”. Para garantir que uma rampa seja acessível, são definidos os limites máximos de inclinação, os desníveis a serem vencidos e o número máximo de segmentos. Julgue os itens a seguir como falsos (F) ou verdadeiros (V):

I. O limite máximo de inclinação de uma rampa é de 8,33%, não importando o desnível a ser vencido.

II. Em situações de reforma, a inclinação admissível para vencer qualquer desnível é de 12,5%.

III. A inclinação transversal não pode exceder 2% em rampas internas e 3% em rampas externas.

IV. As rampas devem ter inclinação de acordo com os limites estabelecidos na NBR 9050:2020. Para inclinação entre 6,25% e 8,33%, é recomendado criar áreas de descanso nos patamares a cada 50 m de percurso.

Assinale a sequência correta:

V - F - V - F

F - F - V - V

V - V - F - F

F - V - F - V

8. Em hipotética vistoria de adequação de um edifício público existente, com pavimento único, às normas e legislação de acessibilidade para pessoas com deficiência, verificou-se a existência de:

I. Três acessos ao interior da edificação, sendo que apenas um destes se apresenta livre de barreiras e obstáculos arquitetônicos à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS
Coordenadoria de Gestão de Pessoas – CGP
Seção de Estágio – SEST

II. Apenas um sanitário acessível com entrada independente.

III. Apenas uma rota acessível interligando os ambientes internos da edificação.

Está de acordo com as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida da legislação brasileira o que se afirma em:

I, apenas.

I e II, apenas.

II e III, apenas.

I, II e III

9. De acordo com a NBR 16537:2016, as áreas de uso comum em edificações devem ter sinalização tátil de alerta no piso para, entre outras circunstâncias, informar à pessoa com deficiência visual sobre a existência de desníveis ou outras situações de risco permanente (como objetos suspensos não detectáveis por bengala), orientar o posicionamento adequado para o uso de equipamentos ou serviços e indicar o início e o término de escadas e rampas. Assinale a opção que apresenta somente locais onde sempre deve ser utilizado o piso tátil de alerta:

Bilheterias, limite de plataformas de embarque e desembarque, equipamentos de autoatendimento e locais de travessia de pedestres.

Degraus isolados, alinhamento de lotes não edificadas, esteiras rolantes e bilheterias.

Escadas rolantes, elevadores, portas e escadas fixas com grelhas.

Balcões de atendimento, patamares de escadas, plataformas de elevação vertical e início de rampas.

10. Se você estivesse projetando um ambiente de acordo com a NBR 9050:2020, a área para manobra de uma cadeira de rodas sem deslocamento, com rotação de 180°, seria de:

1,20 m x 1,20 m

1,50 m x 1,50 m

1,30 m x 1,50 m

1,50 m x 1,20 m



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS
Coordenadoria de Gestão de Pessoas – CGP
Seção de Estágio – SEST

11. É incorreto afirmar em relação ao texto da Constituição Federal/88, em seu artigo 216, que trata do tema relativo ao patrimônio cultural:

- Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
 - I - as formas de expressão;
 - II - os modos de criar, fazer e viver;
 - III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
 - IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
 - V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
- O Poder Público, em ato unilateral promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.
- Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.
- O tombamento não é único meio que o poder público dispõe para proteger o patrimônio cultural brasileiro; os inventários, registros, vigilância, e desapropriação, estão previstos como outras formas de acautelamento e preservação.

Assinale a sequência correta:

V V F V

F F V V

V F V V

F V F F

12. Em relação ao Decreto lei 25/37, artigo 17 e 18,

- As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas.
- O artigo 18, na verdade cria o conceito de entorno de bens tombados, ao definir que na vizinhança do bem tombado não se poderá fazer construção que impeça ou reduza a visibilidade.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS
Coordenadoria de Gestão de Pessoas – CGP
Seção de Estágio – SEST

- Por vizinhança de bens tombados, entende-se o que está na proximidade do bem e não no seu entorno.

Assinale a sequência correta:

V V F

F F V

V V V

F V F

Questões 13 a 20:

Considere a questão fática:

Importante monumento tombado individualmente e inscrito no Livro das Belas Artes e no Livro Histórico, é parte integrante do núcleo histórico tombado, de notável cidade histórica de Minas Gerais, que tem ACERVO ARQUITETÔNICO, PAISAGÍSTICO e URBANÍSTICO tombado em 1938, e inscrito no Livro das Belas Artes, Livro Histórico e no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. O núcleo setecentista representa importante testemunho da arte e história do Brasil colonial.

A edificação está localizado na área tombada do centro histórico, em cota elevada, inserido em local densamente vegetado, compondo o acervo paisagístico da cidade. É constituído por um conjunto arquitetônico notável, de inegável valor artístico e histórico. Caracteriza-se por construção civil e religiosa, com datação principalmente do século XVIII, sendo representante da produção arquitetônica e urbanística da época. Compõe-se de vários blocos, harmonicamente organizados.

O conjunto, no caso, é a expressão da arquitetura de sua época, em todos os seus elementos constitutivos, na sua forma de implantação no sítio e na sua relação com a paisagem envoltória, que funciona como uma moldura intrinsecamente ligada à arquitetura. É uma leitura perfeita do diálogo entre paisagem e obra construída.

A intervenção proposta se destina a instalação de um hotel de luxo, e se caracteriza por um acréscimo inserido no citado complexo tombado, bem próximo ao prédio pré existente. Está locado em área aos fundos, paralela ao prédio existente, em local até então usado como estacionamento. A área da intervenção é de inequívoca relevância e importância para a história e leitura tanto do monumento individualmente, quanto do contexto urbano em que se insere.

A intervenção propõe a construção de uma nova edificação em grandes dimensões, superiores ao preexistente, e paralelo ao bloco pertencente ao conjunto tombado. A edificação está planejada com partido arquitetônico composto por dois blocos de dois pavimentos, se a intervenção não é passível de aceitação pois interfere negativamente no bem tombado, em relação. Prevê ainda a construção de novo estacionamento em área ao lado, deixando de configurar com um espaço natural, para configurar como área construída, com intervenção paisagística e pavimentada.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS
Coordenadoria de Gestão de Pessoas – CGP
Seção de Estágio – SEST

A intervenção acresce a área da edificação original, assim como altera o parcelamento original do solo, essa área se caracteriza também por achados arqueológicos.

As obras foram iniciadas sem a devida aprovação do IPHAN. O Proponente justifica a intervenção alegando que a edificação trará ganhos turísticos a cidade, abrindo novas vagas de hotelaria de luxo, qualificando o turismo local e o incrementando a economia da cidade histórica. Alega ainda o interesse social, na medida em que trará a geração de novos empregos.

Analisar as afirmativas se falsas ou verdadeiras e registre a sequência correta em relação a cada item e questão:

Questão 13:

- No caso em questão estamos diante de uma situação de duplo tombamento: um individualmente que reconhece como patrimônio histórico e artístico registrados nos livros das Belas Artes e Histórico e como tal deve ser entendido como obra de arte e representa importância para a história e a arte e, está também tombado por pertencer ao conjunto arquitetônico e urbanístico, inscrito no livro de Belas Artes, no Livro Histórico e no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Em hipótese alguma poderá ser admitida qualquer intervenção que interfira na leitura tanto do monumento individualmente, quanto do contexto urbano em que se insere.
- Como pressuposto essencial ao estudo e análise de intervenção em um bem tombado está o conhecimento da fundamentação de seu tombamento, respaldado pelo instrumento jurídico que o reconhece legal e oficialmente como patrimônio nacional. Qualquer avaliação de intervenção não pode furtar a se pautar nos aspectos que fundamentaram seu tombamento, pois são eles que requerem serem preservados.
- Quando um monumento está inscrito nos livros do tombamento, os valores que lhes são atribuídos pelo tombamento e que fundamentaram e são razão de seu tombamento importa serem imperiosamente preservados.

Assinalar a sequência correta:

V V F

F F V

V V V

F F F



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS
Coordenadoria de Gestão de Pessoas – CGP
Seção de Estágio – SEST

Questão 14:

- A intervenção se caracteriza por um acréscimo inserido no citado complexo tombado, bem próximo ao prédio pré existente. Está locado em área aos fundos, paralela ao prédio existente, em local até então usado como estacionamento. A área da intervenção é de inequívoca relevância e importância para a história e leitura tanto do monumento individualmente, quanto do contexto urbano em que se insere. O fato do acréscimo está localizado nos fundos da edificação preexistente, essa será portanto minimizada.
- A intervenção propõe a construção de uma nova edificação em grandes dimensões, superiores a preexistente, e paralelo ao bloco pertencente ao conjunto tombado. Uma construção em grandes dimensões, com certeza, competirá com a existente e tombada , interferindo na sua leitura.
- Prevê ainda a construção de novo estacionamento em área ao lado, deixando de configurar com um espaço natural, para configurar como área construída, com intervenção paisagística e pavimentada. Como é um estacionamento não causará impacto ao bem tombado e aos valores a serem preservados.

Assinale a sequência correta:

V V F

F F V

V V V

F V F

Questão 15:

- Uma intervenção em um bem tombado dessa magnitude não pode prescindir de estudos rigorosos, científicos e classificando-o metodicamente dando atenção ao valor estético, artístico documental, e histórico.
- A edificação do acréscimo está planejada com partido arquitetônico composto por dois blocos de dois pavimentos, se caracterizando em massa e volume significativos quanto às suas dimensões e características arquitetônicas. Às dimensões são superiores ao bloco existente, tanto no sentido longitudinal, como transversal, e altura avançando sobre o bloco existente. A solução proposta não impactará negativamente e não necessariamente competirá com a edificação original, dependendo apenas se terá uma visibilidade direta sobre o bem tombado.
- Está implantado em cota superior ao prédio existente e com altura de cumeeira também superior ao bloco existente. O fato de estar com altura da cumeeira superior ao bloco existente é um elemento indiscutível de interferência na leitura da edificação original.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS
Coordenadoria de Gestão de Pessoas – CGP
Seção de Estágio – SEST

Assinale a sequência correta:

V V F

V F V

V V V

F F F

Questão 16:

- No art.6º da Carta de Veneza *“a conservação de um monumento implica a preservação de uma ambiência em sua escala. quando subsistir, a ambiência tradicional será conservada, e toda construção nova, toda destruição e toda modificação que possam alterar as relações de volume e cor serão proibidas.”*.
- A intervenção proposta acresce a área da edificação original, este é um elemento que fere as condições originais do bem, considerando que a edificação está inscrita no livro das belas artes e portanto importa a arquitetura em sua totalidade.
- A intervenção altera o parcelamento original do solo. O parcelamento do solo é um elemento que não altera a leitura paisagística ou urbana, assim como não traz nenhuma informação acerca do urbanismo pre existente.

Assinale a sequência correta:

V V F

F F V

V V V

F F F

Questão 17:

- A área da intervenção se caracteriza também por achados arqueológicos. Os achados arqueológicos são interessantes mas não determinantes como elementos a serem considerados na preservação de áreas históricas.
- A observação dos diferentes momentos da cidade, impressos em seu espaço urbano, é fundamental para compreensão de sua trajetória histórica, valorizando o convívio de diferentes experiências que se registram materialmente no território, constituindo-se num documento histórico cuja leitura deve informar e nortear a definição de normas de preservação e critérios de intervenção para a cidade hoje.
- O tratamento dos sítios urbanos requer um trabalho sobre as informações que podem ser extraídas através da leitura de sua forma, construindo como um documento que referencie identidades.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS
Coordenadoria de Gestão de Pessoas – CGP
Seção de Estágio – SEST

Assinale a sequência correta:

V V V

F F V

F V V

F F F

Questão 18:

- Segundo o Art. 5º da Carta de Veneza “A conservação dos monumentos é sempre favorecida pela destinação deles a funções úteis à sociedade; tal destinação é portanto desejável mas pode, e deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro desses limites que se deve conceber e se pode autorizar a modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes.”
- O proponente justifica a intervenção alegando que a edificação trará ganhos turísticos a cidade, abrindo novas vagas de hotelaria de luxo, qualificando o turismo local e o incrementando a economia da cidade histórica. Alega ainda o interesse social, na medida em que trará a geração de novos empregos. Esta prerrogativa é elemento preponderante e justifica a intervenção proposta. A edificação deve se adequar ao uso a que se pretende, o que justifica a proposta de intervenção.
- É dever do poder público preservar os sítios tombados com base no Decreto-lei 25/37, buscando que o valor coletivo prevaleça sobre o interesse individual.

Assinale a sequência correta:

V V F

F F F

V V V

F F V

Questão 19:

- Qualquer intervenção em áreas tombadas terão que necessariamente serem licenciadas pelos órgãos de preservação, dependendo do nível do tombamento federal, estadual ou municipal.
- Sendo um bem tombado em nível federal, caso não tenha a aprovação do IPHAN, a intervenção se caracterizará como uma obra irregular e deverá ser embargada e paralisada.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS
Coordenadoria de Gestão de Pessoas – CGP
Seção de Estágio – SEST

- Os sítios históricos estão integrados no permanente processo de evolução e readaptação social das cidades, levando à necessidade de se manter o equilíbrio entre os valores do passado e do presente diante dos objetivos da preservação.

Assinale a sequência correta:

V V F

F F V

V V V

F F F

Questão 20:

Observe as fundamentações que justificam o dano ou não ao patrimônio cultural ao analisar cada item. Em relação a intervenção proposta:

- A intervenção é **passível** de aceitação, pois atende aos parâmetros estabelecidos pelo tombamento e o tombamento não deve ser motivo de estagnação das cidades, não configurando dano ao patrimônio tombado.
- A intervenção é **passível** de aceitação, pois embora não atenda a todos parâmetros estabelecidos pelo tombamento, se justifica pela geração de empregos que criará e do fomento ao turismo, assim mantendo o equilíbrio entre os valores do passado e do presente diante dos objetivos da preservação. Não configura dano ao patrimônio tombado, mas valorização do mesmo.
- A intervenção **não é passível** de aceitação pois interfere negativamente no bem tombado, em relação aos elementos que geraram seu tombamento. O prédio proposto interfere na leitura do bem tombado, seja na sua arquitetura, no parcelamento do solo, na paisagem envoltória e do centro histórico. Configura dano ao patrimônio tombado.
- A intervenção **não é passível** de aceitação pois por si só a massa e volume significativos tanto quanto às suas dimensões e características arquitetônicas da edificação proposta em dimensões superiores ao bloco existente, tanto no sentido longitudinal, como transversal, e altura avançando, sobre o bloco existente, assim como a implantação em cota superior e com altura de cumeeira também superior ao bloco existente são elementos que interferem no bem tombado, o descaracterizando. Configura dano ao objeto tombado.

Assinale a sequência correta:

F V V F

F F V F

F V V V

F F V V